



## LUDICIDADE E CIDADANIA NO COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS: O CASO PROLUDUS – O CAMINHO

Mauro Martins Bezerra Neto; Adriel Rodrigues do Nascimento; Lucielma Josefa da Silva; Maria de Fátima Rodrigues Duarte

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste*

ambn\_roadtolove@live.com; adrielrodrigues.89@outlook.com; lucijs2011@hotmail.com;  
faatima\_09@hotmail.com

**Resumo:** A exclusão social é um mal presente de forma bastante arraigada em nossa sociedade e que se manifesta das mais variadas formas. Por vezes, o poder público acaba não sendo suficientemente eficaz para suprir as demandas dos sujeitos que busca atender, deixando-os ainda mais à margem. É justamente aí que entram os movimentos sociais, na intencionalidade de chegar até aqueles que encontram-se em situações desfavoráveis. Em casos como o do *ProLudus – O Caminho*, crianças que se encontram neste estado de exclusão social são atendidas através de uma rede de atividades que visa desenvolver aspectos como a cidadania por meio da ludicidade, condicionando-os à compreensão de sua importância na sociedade, prestando assim significativa assistência à comunidade na qual se encontra inserida.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Educação não-escolar, Crianças em risco de exclusão social, Ludicidade, Cidadania.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir da incumbência de realização de um exercício de pesquisa, acrescentando ao nosso repertório novos conhecimentos e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

experiências tangíveis aos espaços educativos. Compreendendo a exclusão social enquanto agravante na vida de crianças menos favorecidas, uma vez que estas acabam por serem submetidas às mais diversas formas de preconceito, discriminação, bem como violência física e moral, pensamos ser importante desenvolver o presente exercício de pesquisa sobre práticas educativas desenvolvidas por organizações que trabalham com este tipo de público.

Visamos compreender como o uso de práticas educativas aliadas a diversas atividades, dentre elas as de cunho lúdico, podem propiciar às crianças oportunidades de emancipação social, permitindo-as a compreensão sobre a sociedade na qual estão inseridas e o entendimento de seu papel como cidadão atuante nesta sociedade. Diante disto, buscamos tecer reflexões acerca da seguinte pergunta: Quais as principais práticas educativas desenvolvidas por organizações que trabalham com crianças em risco de exclusão social visando o desenvolvimento da cidadania através da ludicidade?

Desta forma, optamos por desenvolver a pesquisa em uma instituição denominada *ProLudus – O Caminho*, localizada no município de Gravatá, Pernambuco. Localizada numa região periférica do município, a mesma desenvolve atividades prioritárias no atendimento às crianças, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social. Na tentativa de mitigar situações de vulnerabilidade social, esta instituição busca promover ações contínuas de acesso à educação, esporte, lazer, cultura, etc. A *ProLudus – O Caminho* busca ainda investir no desenvolvimento da pessoa, prioritariamente da criança e do adolescente, concretizando direitos que possibilitem a vida digna e convivência comunitária plena dos sujeitos que atende, utilizando-se por exemplo, da ludicidade como método de trabalho.

Como **objetivo geral**, buscamos apresentar algumas das principais práticas educativas desenvolvidas por organizações que trabalham com crianças em risco de exclusão social visando o desenvolvimento da cidadania através da ludicidade. Nossos **objetivos específicos** são: 1) perceber de que forma a cidadania é vivenciada através de



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

práticas educativas desenvolvidas na perspectiva lúdica da educação, e 2) compreender de que forma os movimentos/projetos sociais compreendem sua atuação ao trabalhar com crianças em risco de exclusão social.

## METODOLOGIA

Procurando aperfeiçoar a nossa experiência e enriquecer o nosso aprendizado a partir da interação da teoria com a prática, optamos por uma pesquisa qualitativa, de maneira que os nossos resultados venham a contribuir para a ampliação do conhecimento das principais questões deste estudo.

Chizzotti (2001) afirma que a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. (GODOY, 1995, p. 62). Já Godoy (apud Lage, 2013) vê o potencial da pesquisa qualitativa ao levar em conta o fato desta não enumerar ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumentos estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que se vão definindo à medida que o estudo se desenvolve.

A pesquisa se deu de forma exploratória e explicativa. *Exploratória* pois tem como propósito explicar e compreender os vários aspectos do tema referente às práticas pedagógicas de organizações sociais, e *explicativa* pois teve a preocupação central de identificar as possibilidades de transformação social a partir das ações e dos processos pedagógicos da organização social estudada. Gil (1989) define que “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (p. 44) e explica que as pesquisas



explicativas “são aquelas que têm como preocupação central identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (p. 46).

Nosso trabalho teve como foco de análise as experiências vivenciadas nos encontros, compreendendo também o contato e interlocução com as pessoas dos grupos que serviram como fontes de informação. O trabalho de coleta de dados foi realizado com os sujeitos atuantes do projeto estudado, onde visamos estabelecer um diálogo e/ou observação para fins deste exercício, sendo eles os educadores e organizadores do projeto.

Desta forma, empregamos algumas técnicas de coleta, dentre as quais podemos destacar as entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação participante. Por meio destes métodos, tentamos recolher o máximo possível de informações, visando assim responder os questionamentos que nos levaram a desenvolver este estudo. As entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas com educadores e organizadores, e as conversas informais, além de desenvolvidas com estes mesmos sujeitos, também foram direcionadas às crianças atendidas pelo projeto.

Para fins desta investigação, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Neste sentido, Bardin (1977) afirma que “esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração” (p. 42). A análise de conteúdo é ma técnica de tratamento de informações, podendo ser utilizada em diferentes níveis de investigação empírica, nas diferentes ciências humanas e sociais.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA**

Esta parcela de nosso trabalho segue três categorias básicas, que permearam nossa pesquisa, sendo elas: *exclusão social*, *cidadania* e *ludicidade*. Para darmos início



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

a discussão teórica, primeiramente se faz necessário que entendamos o que é exclusão social e de que maneira ocorre.

A exclusão social pode ser entendida como uma acumulação de processos confluentes, com rupturas sucessivas que, despolitizada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e inferiorizando as pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes. (GENEBRA, 2003, p. 20).

A exclusão social pode ser entendida como a privação dos direitos básicos concedidos ao ser humano. Podemos concluir que ser excluído socialmente significa então ter seus direitos violados, e isto obviamente implica na impossibilidade de acesso àquilo que deveria ser fornecido abertamente a todos. Esta ideia encontra-se intimamente relacionada com a ideia de processo. É um percurso marcado por princípio e fim, onde algumas fases são percorridas. Não basta atentar na dinâmica e supor que este é um processo linear, pois se faz necessário analisar as causas e origens do fenômeno. Analisar a história é fundamental para explicar porque determinados grupos ficam submetidos à exclusão. (GENEBRA, 2003).

Refletimos então o fato de que, como as crianças são os principais sujeitos atendidos pelo movimento estudado, faz-se persistente que pensemos nestes como sujeitos sociais que também encontram-se propensas à exclusão social. Alguns documentos legais, tais como o ECA, surgem justamente para afirmar a importância de propiciar às crianças e jovens a garantia de seus direitos. O ECA foca suas ações nas crianças como cidadãos de plenos direitos, sem discriminá-las de forma alguma. De acordo com o seu artigo terceiro:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei ou por outros meios, todas as



oportunidades e facilidades a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade (BRASIL, 2004).

Percebe-se então que surge a preocupação de tornar acessível a toda criança e adolescente as oportunidades necessárias para que estes venham a se desenvolver nos mais diversos aspectos. Concordamos que deva haver um maior cuidado para que seja possível atender aos jovens de forma satisfatória, disponibilizando a estes meios eficazes que supram suas necessidades básicas.

É fato que o ECA traz consigo diversos avanços nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes, mas, atentando ao atual panorama de nosso país, não é difícil perceber que ainda existem muitos jovens vivendo em condições subumanas. Acreditamos que é justamente a existência de determinadas ONGs, sindicatos e afins, que busca contornar esta situação ao máximo, proporcionando a estes sujeitos oportunidades de superação dos males que os cercam.

Nossa segunda categoria diz respeito à cidadania, já que esta servia como pano de fundo das atividades desenvolvidas no projeto estudado, fazendo-se constantemente presente enquanto conteúdo a ser desenvolvido. De acordo com Marshall (1967), o conceito de cidadania engloba três elementos: o civil, o político e o social. O elemento civil diz respeito aos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade, etc.

“Cidadania é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns” (CARVALHO apud AMARAL, 2004, p. 11). A partir deste fragmento da fala do autor, torna-se perceptível a importância que a educação – que se faz tão importante não apenas em espaço escolar, mas também em outros campos – possui sobre estes aspectos da vida do sujeito, ao induzi-lo à reflexão e criticidade acerca do mundo que o rodeia. Machado (1997) fala sobre a integração entre educação e cidadania, ressaltando que educar para a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cidadania envolve munir indivíduos com instrumentos necessários a sua efetiva participação no meio social, como também é semear valores que representem “o tom e a cor de cada cultura”.

Se tratamos de exclusão social, parece lógico tratar de cidadania, já que todo sujeito é compreendido enquanto cidadão pleno, portador de direitos e deveres iguais perante a sociedade em que vive. Para tanto, o indivíduo em risco de exclusão social precisa ter de volta o direito ao pleno exercício de sua cidadania, desenvolvendo assim uma consciência cidadã, carregando consigo pleno entendimento de que não possui apenas deveres, mas também direitos. O ECA, já citado anteriormente, carrega consigo a ideia de que toda criança e adolescente é também um cidadão. O estatuto, em seus 267 artigos, garante o direito de cidadania aos jovens, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, sejam estes a família, o Estado ou a comunidade.

Por fim, nossa última categoria trata acerca da ludicidade, pois esta mostra-se enquanto força motriz dos processos que presenciamos através da referida pesquisa. Ao tratarmos de ludicidade, estamos nos referindo sobre aquilo que se faz lúdico. Podemos então atentar ao que Gomes (2004) aponta acerca deste conceito:

A ludicidade é uma possibilidade e uma capacidade de se brincar com a realidade, resignificando o mundo [...] O lúdico como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto. Por esta razão, o lúdico reflete as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em nossa sociedade (GOMES, 2004, p. 145).

Com base nisto, é possível compreender a ludicidade como a atribuição de significado a algo. As atividades lúdicas possuem exatamente o intuito de desenvolver certos aspectos (emocionais, racionais, etc) utilizando-se deste investimento de significado a determinado objeto (como brinquedos, por exemplo) para se chegar a um



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

objetivo previamente estipulado. A criança então, neste contexto, torna-se um ser ativo no desenvolvimento de sua própria aprendizagem. “Em situações de brincadeira, a criança desenvolve a intencionalidade e a inteligência” (KISHIMOTO, 2002, p. 146).

Entre estes novos conhecimentos que a criança adquire através das brincadeiras está a aprendizagem de normas sociais e também de elementos culturais. Comprendemos então que por meio das atividades lúdicas se faz possível trabalhar questões como a cidadania, abordando-a de forma prazerosa e acessível para as crianças.

### RESULTADOS PARCIAIS

Aqui, apresentamos os resultados obtidos através de nossa pesquisa. Inicialmente, cabe falarmos sobre o que fora possível levantar enquanto dados válidos. Em contato com o campo de estudo, durante cerca de quatro meses, presenciamos diversas das atividades desenvolvidas pelos integrantes do *ProLudus – O Caminho*, dentre as quais fizera-se possível perceber que o público atendido pelo projeto são, efetivamente, famílias em risco de exclusão social, principalmente crianças, as quais desfrutam de um turno inteiro na companhia de um educador, que trabalha diversos conteúdos com os mesmos.

Os sujeitos atendidos pelo projeto contam com espaço pensado para atender algumas de suas necessidades, como por exemplo, uma brinquedoteca, onde as crianças, guiadas pelo educador, realizam brincadeiras que estimulam aspectos afetivos, sociais, cognitivos e psicológicos. Um dos educadores, afirma que:

Neste espaço a gente constrói relações entre as crianças, onde elas podem explorar o imaginário delas, dando sentido ao que estão fazendo. [...] E com a nossa orientação, nós podemos tirar proveito de momentos como esse e de espaços como esse para ensinar a essas crianças coisas positivas, como cidadania, o papel que elas exercem





no mundo, além de podermos também resgatar outros aprendizados delas. (EDUCADOR, fragmento de entrevista semiestruturada, 2014).

Percebe-se então que este espaço realmente se mostra como possibilidade de enriquecimento dos aprendizados das crianças, bem como a aquisição de novos saberes que lhes são úteis, proporcionando assim, através da brincadeira, emancipação para os sujeitos envolvidos.

A cerca da concepção de exclusão social, os sujeitos integrantes do campo empírico compreendem que tal acontece em vários núcleos da comunidade. Ao ser perguntado sobre o que acredita ser a exclusão social e de que forma o projeto busca lidar com ela, um dos organizadores aponta que:

[...] a exclusão social acontece no dia a dia, tanto aqui dentro como em casa e entre a comunidade [...] acontece principalmente nas ruas, entre as famílias das próprias crianças. Temos a questão do preconceito racial, a questão do credo, onde de diversas formas a exclusão social está estampada. A forma pela qual nós tentamos ameniza-la é através do debate, sempre tocando nessa tecla de que temos direitos iguais. Temos as leis nos garantindo isso. Trabalhamos essa exclusão diariamente em rodas de diálogo, nas oficinas e projetos temáticos que desenvolvemos, e demais atividades. (ORGANIZADOR, extrato de entrevista semiestruturada, 2014).

É interessante notar que são buscados mecanismos pelos quais seja possível problematizar questões importantes tal como é a exclusão social, e isso certamente aproxima as crianças de conceitos como cidadania, permitindo que as mesmas tomem conhecimento de seus direitos e deveres. Destacamos o fato de que durante o tempo em que estivemos em contato com o campo de pesquisa, fomos capazes de perceber que as práticas educativas desenvolvidas na *ProLudus – O Caminho* visam trabalhar não só este mas como outros aspectos, seja através de suas atividades dirigidas ou indiretamente, por meio de conversas entre educadores e sujeitos atendidos pelo projeto.



Sobre a cidadania trabalhada no projeto, um dos educadores afirma que “a gente tenta, desde criancinha, introduzir em cada um a importância de ser cidadão [...] reivindicar nossos direitos, saber deles e de nossos deveres também” (EDUCADOR, extrato de conversa informal, 2014). Compreendemos que esse cuidado em fornecer este conhecimento aos sujeitos que frequentam o projeto, incide numa educação emancipadora, pois desenvolve nos mesmos a consciência de postura ativa em relação à sociedade em que vivem.

As atividades trabalhadas no *ProLudus- O Caminho* tornaram possível a percepção sobre a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem em locais de educação não formal. “A ludicidade permite a criatividade, permite socialização não apenas com as próprias crianças, mas na comunidade em geral [...], pois é através dessa ludicidade que trabalhamos assuntos como a cidadania” (ORGANIZADOR, extrato de entrevista semiestruturada, 2014). Efetivamente tornava-se possível compreender que o lúdico permite a abordagem de temas que, a priori, talvez não sejam pensados para crianças por soarem densos ou complexos, tornando-os acessíveis e prazerosos em sua abordagem.

Acreditamos que esta atividade de aproximação com o campo de estudo foi bastante proveitoso no sentido de perceber estas nuances, que contribuíram de forma direta na compreensão de algumas das mecânicas presentes em movimentos que lidam com crianças em risco de exclusão social.

## CONCLUSÕES

A experiência de aproximação com o *ProLudus – O Caminho* resultou em diversos aprendizados, seja acerca da atuação de movimentos sociais que lidam com crianças em risco de exclusão social, seja sobre a importância da ludicidade no desenvolvimento de práticas educativas para a formação destes sujeitos.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Entre estas práticas, podemos destacar as rodas de diálogo, oficinas de arte e projetos temáticos desenvolvidos pelo projeto, através das quais são trabalhados diversos conceitos com as crianças atendidas, buscando proporcionar-las novos conhecimentos que possibilitem seu entendimento enquanto sujeitos munidos de direitos e deveres.

Em nossa experiência, percebemos também que a cidadania é vivenciada de variadas formas, onde a problematização desse conceito ocorre de forma lúdica, acessível e prazerosa para as crianças, em momentos que esboçam uma conjuntura entre diversão e aprendizagem.

Da mesma forma, compreendemos que os movimentos sociais percebem que sua atuação muito contribui para o apoio de crianças em risco de exclusão social, fornecendo a elas oportunidades que muitas vezes lhes são negadas devido o contexto no qual estão inseridas. Através de variados meios, estes buscam promover o acesso a educação, além de estimularem os sujeitos a desenvolverem pró-atividade com relação àquilo que os cerca.

### REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F. Verbete Cidadania. In: **Dicionário crítico do lazer**. Org. Christianne Luce Gomes. Belo Horizonte; Autêntica, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Martins Fontes: São Paulo; Presses Universitaires de France, 1977.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2004.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. São Paulo; Cortez Editora, 2001.

GENEBRA, Bureau Internacional do Trabalho. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª ed. São Paulo; Atlas, 1989.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63; Mar./Abr. 1995.

GOMES, C. L. Verbetes Lúdico. In: **Dicionário crítico do lazer**. Org. Christianne Luce Gomes. Belo Horizonte; Autêntica, 2004.

KISHIMOTO, T. M. Froebel e a concepção de jogo infantil. In: **O brincar e suas teorias**. Org. Tizuko Morshida Kishimoto. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2002.

LAGE, A. C. **Educação e movimentos sociais** – caminhos para uma pedagogia de luta. Recife; Editora Universitária – UFPE, 2013.

MACHADO, N. J. **Ensaio transversais: cidadania e educação**. 2ª ed. São Paulo; Escrituras Editora, 1997.

MARSHALL, T. H. Capítulo III: Cidadania e classe social cidadania. In: **Classe social e status**. Rio de Janeiro; Zahar, 1967.